

Itinerâncias

Percursos e Representações
da Pós-colonialidade

Elena
BRUGIONI

Joana
PASSOS

Andreia
SARABANDO

Marie-Manuelle
SILVA

Journeys

Postcolonial Trajectories
and Representations

hhuus



Itinerâncias

Percursos e Representações da Pós-colonialidade

Journeys

Postcolonial Trajectories and Representations

Itinerâncias

Percursos e Representações
da Pós-colonialidade

Elena
BRUGIONI

Joana
PASSOS

Andreia
SARABANDO

Marie-Manuelle
SILVA

Journeys

Postcolonial Trajectories
and Representations

hhuus



Universidade do Minho
Centro de Estudos Humanísticos

AGRADECIMENTOS

Aos ensaístas, escritores e artistas que colaboraram neste projecto.

À directora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM, Ana Gabriela Macedo, pelo continuado apoio ao projecto GruPocLi.

À Adelina Gomes, ao Paulo Martins e à Vera Amorim, do CEHUM, pela ajuda nos aspectos logísticos da realização deste e de outros projectos.

À Edma de Góis pela revisão dos textos escritos em português do Brasil.

À livraria Centésima Página pela parceria na dinamização de eventos paralelos às acções académicas do GruPocLi.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia que, através do Fundo de Apoio à Comunidade Científicas, apoiou a edição deste livro.

ÍNDICE

Introdução	13
Introduction	15
Pat Masioni	17

I. ITINERÁRIOS TEÓRICOS NA PÓS-COLONIALIDADE

Teorias itinerantes antes do pós-colonial. Lugares, tempos, afiliações	19
Manuela Ribeiro Sanches	

Vítima do próprio sucesso? Lugares comuns do pós-colonial	39
António Sousa Ribeiro	

Negative inheritances: Articulating postcolonial critique and cultural memory	49
Paulo de Medeiros	

Lusophone postcolonial studies in an emerging postcolonial European epistemology	63
Lars Jensen	

“How to do things with concepts?”: articulações entre significantes políticos e <i>begriffsgeschichte</i> no pós-colonialismo situado	75
Roberto Vecchi	

II. PELOS TRILHOS DA HISTÓRIA: PORTUGAL PÓS-COLONIAL

O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura contemporânea portuguesa	89
Margarida Calafate Ribeiro	

Contesting miscegenation and ‘lusotropicalism’: Women and the portuguese colonial order	101
Ana Paula Ferreira	

Processing Australia in Portuguese narratives of East Timor	121
David Callahan	

Rostos e rastros do colonialismo em <i>Vozes do Vento</i> de Maria Isabel Barreno	139
Ana Paula Arnaut	

“O império portátil” dos portugueses: ironia, paródia e imaginários	153
Chiara Magnante	

Crioulo em branco. Nova dança portuguesa e pós-colonialidade Luísa Roubaud	163
Ancestor worship 187 Kit Kelen	
Idolatria dos antepassados 189 Tradução de Andreia Sarabando	
III. CARTOGRAFIAS LITERÁRIAS PÓS-COLONIAIS: REFLEXÕES E PERCURSOS	191
Lugares da escrita, lugares da crítica 193 João Paulo Borges Coelho	
Literaturas africanas, língua portuguesa e pós-colonialismos 203 Jessica Falconi	
Literaturas africanas de língua portuguesa: deslocamentos 219 Maria Nazareth Soares Fonseca	
A infância, a guerra e a nação 229 Robson Dutra	
Para uma “literatura-mundo” em francês 243 Tradução de Marie-Manuelle Silva	
IV. ROTEIROS DA LITERATURA E CULTURA EM CABO VERDE	
A relação colonial sob o signo da reforma: As ambições (frustradas) do narrador em <i>Chiquinho</i> , de Baltasar Lopes Ellen W. Sapega	251
A diluição do Mar Caribe. Crioulidade e poesia em Cabo Verde Rui Guilherme Gabriel	261
Itinerâncias macaronésias. Mito e discurso científico na obra pseudo-heteronímica de João Varela 273 Ana Salgueiro Rodrigues	
Cultura e identidade nos contos de Manuel Lopes 291 Fernando Alberto Torres Moreira	
O esporte e a construção da caboverdianidade: o cricket e o golfe Victor Andrade de Melo	301

V. VIAGENS PELA MEMÓRIA NA LITERATURA ANGOLANA

- Ruptura e subjetividade: memória, guerra e ficção na escrita
de José Luandino Vieira 323
Rita Chaves
- Eduardo Agualusa dislocating the Portuguese language:
O Vendedor de Passados trespasses the border 335
Patricia Schor
- A invenção do futuro: (re)escritas do passado nos contos de
José Eduardo Agualusa 357
Ana Margarida Fonseca
- Significantes da Poética da Relação em “A Árvore que tinha batucada” 371
Marcia Souto Ferreira

VI. MOÇAMBIQUE: HISTÓRIAS, ESCRITAS E IDENTIDADES

- Onde apenas o longe é uma pátria 385
Ana Mafalda Leite
- Resgatando histórias. Épica moderna e pós-colonialidade
Uma leitura de *O Olho de Hertzog* de João Paulo Borges Coelho 391
Elena Brugioni
- Duas meninas brancas 405
Omar Ribeiro Thomaz
- O corpo como itinerário cultural em Paulina Chiziane 429
Joana de Medeiros Mota Pimentel
- Paixão, política e cinema: Entrevista com Luís Carlos Patraquim 451
Joana Passos
- Notas biográficas 463

O FIM DA HISTÓRIA DE REGRESSOS E O RETORNO A ÁFRICA: LEITURAS DA LITERATURA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

Margarida Calafate Ribeiro

Hoje, à distância de quase 40 anos do 25 de Abril de 1974, é possível reflectir sobre os modos, os processos e o tempo que demorou à sociedade portuguesa negociar o que se deveria esquecer e o que se deveria recordar – da ditadura, de África, da Guerra Colonial – para, sobre este pacto de esquecimento e recordação, inventar uma possível democracia no tempo prescrito de eleições e outros urgentes processos que compõem o corpo social e político dos sistemas democráticos ocidentais. Memória e não memória, silêncio, trauma, recalçamento, mas também exaltação, imaginação, invenção e novidade são assim alguns dos pressupostos sobre os quais se ergueu a nossa jovem democracia, nascida sobre uma revolução imaginada como pacífica, esquecendo assim, de um só golpe, todo o sangue de África que ela continha. Resumindo, a memória, e sobretudo a memória de África, não parecia ser contemplada como um elemento essencial à construção da nossa democracia. Ao contrário, ela era permanentemente o seu elemento perturbador, pois nela tropeçávamos a cada passo, ora sob a forma dos ex-combatentes regressados, ora sob a forma de retornados de África, ora ainda sob a forma de complexas negociações diplomáticas que cada dia nos comprometiam com a rota europeia e nos desresponsabilizavam de África no âmbito do quadro geral da Guerra Fria que então se vivia e que nós sabíamos que iria ser bem “quente” lá em baixo, em África.

Numa espécie de contra-discurso, não orquestrado como tal, mas que hoje pode ser lido como tal, a ficção portuguesa do pós-25 de Abril ia mostrando a importância da memória, não só como essencial à construção da democracia, mas como seu elemento fundamental. De José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Mário de Carvalho, José Saramago, Maria Velho da Costa aos mais jovens Valter Hugo Mãe ou Dulce Maria Cardoso, as dores e as heranças da ditadura são temas; noutra dimensão, o império e a sua herança povoam a literatura portuguesa contemporânea, tanto com memórias douradas desse tempo, como com memórias cinzentas da brutalidade do colonialismo e da Guerra Colonial que pôs fim ao império. Escritores como Helder Macedo, Lídia Jorge, António Lobo Antunes, João de Melo, Carlos Vale Ferraz, Ricardo Saavedra, mas também os mais jovens Paulo Bandeira Faria, Rodrigo Guedes de Carvalho ou Isabela Figueiredo têm vindo a preencher significativamente esta linha ficcional. Pelas análises profundas que empreendem do Portugal contemporâneo, intrinsecamente ligado à memória da ditadura que se prolonga nos nossos gestos, pensamentos e políticas e pela leitura política e ideológica que vai fazendo do que foi o colonialismo em África, que ainda hoje assombra, de maneira fracturante, o presente pós-colonial português, estas obras questionam os protocolos de esquecimento sobre os quais se fundou e construiu a nossa democracia, mais à procura da Europa do que de si própria, exigindo-nos uma democracia com memória.

Todavia até hoje ninguém como Lobo Antunes relembra tão insistente e obsessivamente aos seus leitores as dores e as mágoas da história portuguesa recente – a longa ditadura fascista de 48 anos e as suas heranças na actualidade, como exemplarmente vemos na irónica visão apresentada em *Manual dos Inquisidores*, e a brutalidade do sistema colonial em África, finalizado por uma longa guerra, igualmente brutal e cujos despojos passam toda a sua obra.

O Esplendor de Portugal, de 1997, enquadra-se nestas análises profundas de Portugal, elegendo como tópico o “nosso colonialismo inocente”^[1], pensado por Eduardo Lourenço, ficcionalmente trabalhado por Helder Macedo no romance *Partes de África*, logo em 1991, e recentemente por Isabela Figueiredo, em *Caderno de Memórias Coloniais*, de 2010. Em 1991, *Partes de África* constituía um livro pioneiro neste aspecto, e, à semelhança, do recente *Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo era fundado sobre um diálogo póstumo com a figura do pai, transfigurada ora na nação

1 A expressão é de Eduardo Lourenço, (1976).

portuguesa, ora na própria imagem do colonialismo português em África. Por seu turno, *Esplendor de Portugal* trazia à discussão a questão identitária do colonizador e do ex-colonizador, não tanto a partir da análise das relações desiguais de poder, como em *Caderno*, de Isabela Figueiredo, mas a partir da fracturada relação de pertença/ posse dos sujeitos brancos à terra de Angola outrora colonizada, deixando-os a todos, em tempos de descolonização, sem lugar. A partir de diferentes posicionamentos, todos estes livros mostram o quanto a descolonização não tinha sido apenas um movimento a sul, que emancipou os países colonizados a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, mas também um movimento que atingiu radicalmente o continente colonizador que foi a Europa e, no caso sob análise, Portugal. Nesse sentido, esta literatura acusa uma viragem essencial na tomada de consciência pós-colonial do espaço antigamente colonial e das vivências aí havidas como essenciais à nossa identidade de portugueses, de europeus e às nossas identidades individuais. Por isso, a viagem de retorno pós-colonial que estes livros assinalam – de Portugal para África – inverte o sentido da *história de regressos*^[2], sobre a qual se foram construindo e narrando os impérios europeus. A viagem europeia agora empreendida, constitui um reconhecimento de que grande parte da história de Portugal se passou fora de Portugal e da Europa, e que para perceber a “fractura colonial”^[3], sob a qual todos vivemos, tem de se contar a história das pertenças e vinculações de muitos sujeitos aquelas outras terras outrora parte do império, sob pena de ficarem todos como uma espécie de “refugiados da história” (Marcus, 1997: 17), como as personagens de *Esplendor de Portugal*, perdidos numa Lisboa que não os acolhe ou a própria narradora de *Caderno*, quando se auto-classifica de “desterrada”, ou seja, sem terra, vivendo a coincidência impossível de resolver pelo herdeiro do sujeito colonizador: é que a sua história individual de pertença àquela terra – “Na terra onde nasci seria sempre a filha do colono” (Figueiredo, 2010: 133) – coincide com a história pública do colonialismo português em África.

Estes livros, talvez com a excepção de *Partes de África*, não tanto pela matéria em causa, mas pela habilidade do seu autor, assumem uma culpa transmitida, herdada, uma culpa que não se consegue resolver em responsabilidade histórica, envolta que está também, e ainda hoje, no imaginário português por uma onda nostálgica de África, que recupera os tópicos do

2 A expressão remete para o título do meu livro *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, (Ribeiro, 2004).

3 A expressão é retirada do título do livro de Pascal Blanchard, Nicolas Bancel e Sandrine Lemaire, (2005).

“paraíso tropical”^[4] em que Gilberto Freyre nos tinha a todos colocado e que se tem vindo a afirmar na ficção portuguesa contemporânea. A gestão de saudade que esta onda literária e testemunhal tem marcado no panorama literário português traz contudo uma novidade – denuncia também, mal ou bem, que para se perceber o Portugal actual se tem de fazer a viagem de retorno a África, mas não no sentido com que Helder Macedo, António Lobo Antunes ou Isabela Figueiredo o fazem, ou seja, no sentido de lidar de frente com os seus fantasmas, mas de habilmente os transformar em fantasias, ora escrevendo a busca do paraíso perdido que não poderá lá estar porque nunca existiu a não ser na imaginação, ora na efabulação de uma *África Minha* que nunca tivemos. Nesta literatura a imagem geral é a de uma visão do colonialismo como um conjunto de imagens sépia que testemunham um passado perfeito e imaculado em que todos eram felizes. Refiro-me a títulos como *Os Colonos*, *Os Retornados*, de António Trabulo, *Paralelo 75 ou o Segredo de um Coração Traído*, de Jorge Araújo e Pedro Sousa Pereira, *Deixei o meu Coração em África*, de Manuel Arouca, *Balada do Ultramar*, de Manuel Acácio, *Os Retornados*, de Júlio Magalhaes, *O Último Ano em Luanda*, de Tiago Rebello, mas também aos de elaboração narrativa muito mais interessante e sofisticada como *Os Dias do Fim*, de Ricardo Saavedra ou *Fala-me de África*, de Carlos Vale Ferraz. No seu conjunto, estas são obras que representam a significativa parte da comunidade portuguesa que se imagina a partir de um discurso “pós-luso-tropical”^[5] e que assim se subtrai a uma reflexão sobre a violência política, social e epistémica que foi o colonialismo, e no caso sob análise, o colonialismo português. Por isso, estes são livros capazes de gerar saudade, mas não de gerar futuro, e isso é o que mais os afasta dos três livros que acima referi, que por lidarem com o mais poderoso fantasma de África – o colonialismo e as relações desiguais de poder em que assenta – problematizando-o em várias perspectivas, são capazes de gerar futuro. Magoado, traumatizado, culpado, mas futuro, apesar de tudo.

Contudo, e relativamente a esta bibliografia sumariamente apresentada, selecciono o livro de Isabela Figueiredo, *Caderno de Memórias Coloniais* que a partir de uma forte dimensão pessoal, oferece a grande novidade do olhar sobre o colonialismo português, não mais a partir do olhar de quem mal ou bem o protagonizou, ora como filho de administrador colonial, ora como antigo colono, ora como miliciano do exército colonial em África, mas a partir da memória do olhar de uma criança que, ao mesmo tempo

4 A expressão é de Amílcar Cabral.

5 A expressão é de Miguel Vale de Almeida (2000).

que acorda para o mundo, e chora como todas as crianças choram quando percebem o mundo, acorda também para a realidade do colonialismo, personificado na complexa, amada e odiada, figura do pai.

E, por isso, este livro é um grito, no sentido em que relata a vivência do trauma que unifica a pessoa do pai à violência explícita e implícita do colonialismo português; e é um luto, porque é um choro prolongado pela figura colonial do pai e pela violência que ela contém ao transformar o grito (trauma) num choro (luto) do qual dificilmente se sai, na eterna busca de pertença a um mundo às avessas, do qual mal ou bem todos nós emergimos.

Um desterrado como eu é também uma estátua de culpa. E a culpa, a culpa, a culpa que deixamos crescer e enrolar-se por dentro de nós como uma trepa-deira incolor, ata-nos ao silêncio, à solidão, ao insolúvel desterro. (Figueiredo, 2010: 134)

Neste aspecto *Caderno de Memórias Coloniais* alinha-se portanto não nos da geração de retornados ou de ex-combatentes – o título não o permitiria desde logo – mas nos da geração dos netos que Salazar não teve: a geração dos filhos da Guerra Colonial^[6], os filhos da ditadura, os filhos dos retornados, aqueles que têm uma memória própria, mas de criança, dos eventos que levaram ao fim do império português em África, ou pós-memórias^[7] já, ou seja, aqueles que não têm memórias próprias destes eventos, mas que cresceram envoltos nessas narrativas sem delas terem sido testemunhas. Memórias, pós-memórias que coincidem com o despertar para a vida, com o descobrir do mundo para além da hipotética casa familiar protegida, com o descobrir da diferença etnicamente marcada, com a diferença social habilmente construída.

6 Algumas das reflexões aqui tecidas no âmbito da segunda geração e pós-memória da Guerra Colonial têm origem no projecto “Filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações”, a decorrer no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, com financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/ELT/65592/2006) e do Ministério da Defesa Nacional (2009). Este projecto é coordenado pela autora deste texto e fazem parte da equipa os investigadores sénior, António Sousa Ribeiro (CES), Roberto Vecchi (Universidade de Bolonha/CES), Luísa Sales (Hospital Militar de Coimbra), Rui Mota Cardoso (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto), e as investigadoras júnior, Hélia Santos, Aída Dias, Luciana Silva, Mónica Silva (CES) e Ivone Castro Vale (Faculdade de Medicina, Universidade do Porto).

7 O conceito de pós-memória é inicialmente desenvolvido por Marianne Hirsch (1996), “Past Lives: postmemories in exile”, *Poetics Today*, 17 (4).

Geração portanto de memória própria da Guerra Colonial como Paulo Bandeira Faria no romance *As Sete Estradinhas de Catete*, onde a personagem principal é um filho de um oficial da Força Aérea, que relata a guerra a partir do olhar de uma criança que procura fazer sentido de um mundo às avessas; de Rodrigo Guedes de Carvalho em *Daqui a Nada* em que um pai “retorna” – sem de facto nunca voltar da guerra – para uma filha que não mais conseguirá amar; de António Teixeira Mota *Luta Incessante* que nos seus poemas chora o pai que nunca conheceu morto em combate; de Norberto Vale Cardoso, que regista na sua poesia as “metástases” da guerra que povoaram a sua infância, ou ainda de Fernando Santos, que em “Aquele inverno”, musicado pelo grupo “Delfins”, e cantado por Miguel Ângelo, assume como colectiva a memória daquele que sem saber porquê lutou numa guerra sem razão.

Mas esta é também a geração dos filhos da ditadura que são, e só para dar os exemplos mais recentes, Valter Hugo Mãe no seu último livro, *Uma Máquina de Fazer Espanhóis*, Dulce Maria Cardoso em *Os Meus Sentimentos*, ou Jorge Sousa Braga, no seu irónico e tão o’neilliano poema, “Portugal”.

Mas quem é afinal um filho da ditadura, da Guerra Colonial ou dos retornados? Alguém para quem essas vivências são já uma representação, alguém que se constitui como o herdeiro simbólico de uma ferida aberta sobre a qual elabora uma narrativa – um testemunho possível, um “testemunho adoptivo”, “subjectivo” na acepção de alguns teóricos (Hartman, 1991; Sarlo, 2007) – construído a partir de memórias de infância, fragmentos das narrativas familiares, compostas por discursos, fotografias, mapas, cartas, aerogramas e outros objectos do domínio privado e também por fragmentos retirados de narrativas públicas (Ribeiro, Ribeiro, Vecchi, 2010).

Nesta medida as suas narrativas reflectem uma constelação conceptual extremamente rica e problemática: memória e pós-memória (Hirsch, 1996), testemunho, “transferência de memória” (Stora, 1999), reconhecimento, e representação só para enunciar aqueles conceitos que dialogam com uma reflexão teórica relacionada com a projecção do trauma no horizonte histórico e cultural. Neste quadro, há um conceito relativamente recente, o de pós-memória, que recoloca o amplo debate sobre a memória, o testemunho e a representação (Ribeiro, Ribeiro, Vecchi, 2010). E recoloca porque se funda sobre eles, mas também os interroga e os desestabiliza.

Mas a que nos referimos quando falamos deste tipo de memória? Falamos de uma memória marcada pela distância geracional, ou seja, memória de segunda geração, filha de uma primeira de testemunhas (vivenciais,

presenciais, experienciais) marcada pelo silêncio. Mas no contexto português de que trata o livro de Isabela Figueiredo uma outra questão se coloca, na linha do que Roberto Vecchi (2001; 2010) tem vindo a apontar nos seus estudos sobre a Guerra Colonial: que tipo de memória e pós-memória poderá emergir de uma memória tão disputada e controversa como a dos portugueses em África em tempos coloniais, tão incapaz de ainda hoje gerar memórias políticas partilháveis? Que pós-memória então?

Enquanto poderoso tipo de memória que surge mais do silêncio que das palavras, mais dos fragmentos do que das narrativas completas, mais de interrogações do que de respostas, a pós-memória configura-se, como uma memória específica, resumindo uma memória que inaugura uma relação ética com a experiência traumática dos pais e com a sua dor de que se sentem herdeiros e que requer um reconhecimento, primeiro no seio familiar e depois no espaço público.

E aqui reside a cisão, manifesta na impossibilidade de amor, pela traição, que o livro de Isabela Figueiredo a tanto custo grita e que, no limite, o torna trágico. Aquele pai de quem ela dificilmente se despegou no aeroporto de Lourenço Marques, estava, como Lourenço Marques e a sua infância, perdido para sempre e, por isso, é solicitado à narradora quando parte para a metrópole que dê testemunho do que estava a acontecer aos brancos, do que estava a acabar naquele ponto português do Índico – “O tempo dos brancos tinha acabado” (Figueiredo, 2010: 88). Mas o testemunho que a narradora é capaz de emitir não é aquele que os futuros retornados que se despediram da menina filha do electricista no aeroporto de Lourenço Marques, insistiram para que ela contasse, para que ela cumprisse o seu papel de testemunha:

Transmitiram-me o recado no caminho até ao aeroporto, passada a picada de areia alta que vinha das entranhas da Matola, e se fazia a 90 à hora até chegar ao alcatrão. Repetiram-mo. “Não te esqueças de contar.” (...) Contas tim-tim por tim-tim os massacres de Setembro. Contas tudo o que nos aconteceu. E à Candinha... (Figueiredo, 2010: 79)

Sem deixar de dar esse testemunho do que acontecia aos brancos, mas sabendo bem que nunca foi portadora da sua mensagem, a narradora dá também testemunho do que foi acontecendo aos negros ao longo do final do processo de colonização que testemunhou, e isso não era suposto fazer, porque “os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colon..., o colonis..., o coloniamismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os

pretos, pagavam-lhes bem, tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades.” (Figueiredo, 2010: 49)

O testemunho de Isabela Figueiredo assenta essencialmente em três elementos fundamentais sobre os quais se funda qualquer colonialismo que por mais pobre que seja, nunca é “subalterno” (Santos, 2001: 24), nunca é “inocente”: a *diferença* manifesta no racismo que a narradora capta de forma acutilante com os seus olhinhos de criança – “a vida dos negros, essa vida dos que eram da minha terra, mas que não podiam ser como eu” (Figueiredo, 2010: 52); a *exploração do trabalho*, que a narradora denuncia, sob a forte imagem dos “pretos do meu pai”; e o *medo colonial* que gera e justifica a violência, cuja responsabilidade é sempre imputada ao outro, porque é preguiçoso, porque não trabalha, porque nem cuida da sua própria família que paternalisticamente o “patrão” irá proteger, mesmo passando pelo colonialismo de cama, que também não é mais do que uma protecção.

Preto era má rês. Vivia da preta. Não pensava na vida, no futuro, nos filhos. Só queria descansar, dormir, dançar, cantar, beber, comer, viver vida boa.

Era absolutamente necessário ensinar os pretos a trabalhar, para seu próprio bem. Para evoluírem através do reconhecimento do valor do trabalho. Trabalhando poderiam ganhar dinheiro, e com o dinheiro poderiam prosperar, desde que prosperassem como negros. (...) Havia muito a fazer pelo homem negro, cuja natureza animal deveria ser anulada – para seu bem. (Figueiredo, 2010: 51)

Este testemunho sobre o outro lado do colonialismo praticado pelos portugueses era suposto ter ficado em silêncio, apesar de, como a narradora rapidamente constatou, em Portugal ninguém estar de facto interessado em saber o que tinha acontecido nem aos negros, nem aos brancos. A memória de África rapidamente caiu no esquecimento público, ficando assim reservada aos grupos que protagonizaram essa vivência: retornados ou ex-combatentes, ainda que também nestes grupos a memória não seja partilhável. Daí o seu sentimento de abandono, a sua solidão, a sua manifestação privada de recordação, o seu sentimento de estar na periferia da história, o seu sentimento de não pertença a Portugal e o não direito de pertença ao lugar onde nasceram ou viveram – “Não valia a pena fixar uma imagem. Tudo se extinguiria depressa. Não voltaria a esse lugar, que sendo a minha terra, não me pertencia.” (Figueiredo, 2010: 87)

A partir deste não lugar, ergue-se a importância do testemunho de quem viveu os acontecimentos como o local possível de sobrevivência para quem conta, e como o lugar privilegiado para captar o dinamismo do conflito

entre estas memórias, a seriedade e a gravidade da fractura por ele gerada e a relação dinâmica do acontecimento recordado com o presente, manifesto na necessidade da geração seguinte fazer a viagem para compreender “uma espécie de remorso sem culpa e também sem perdão”^[8] da geração dos seus pais, como apela Lobo Antunes no seguinte texto:

Eu o 07890263 ORH+ não consigo esquecer (...) Eu estive lá. Eu vi. (...) Se eu saltar com o rebenta-minas que fique, ao menos, o eco do meu grito. Completem esta crónica, vocês, os que cá ficam. 07890263 ORH+. Filha. (Lobo Antunes, 2002)

E foi esse o apelo que Isabela Figueiredo também ouviu:

Quem, numa manhã qualquer, olhou sem filtro, sem defesa ou ataque, os olhos dos negros, enquanto furavam as paredes cruas dos prédios dos brancos, não esquece esse silêncio, esse frio fervente de ódio e miséria suja, dependência e submissão, sobrevivência e conspiração. Não havia olhos inocentes. (Figueiredo, 2010: 27-28)

De facto, não bastava olhar, era preciso ver e houve muitos que ao contrário dos olhos de Isabela Figueiredo não quiseram e continuaram a não querer ver, tornando a memória de África na sociedade portuguesa uma memória ainda conflituosa, e não partilhável. Por isso, talvez os colonos se tenham mantido colonos até ao fim da vida como o pai de Isabela, explicando assim o que Benjamim Stora tem vindo a definir, em termos contemporâneos europeus, como a “transferência de memória” do mundo colonial para as populações etnicamente marcadas que fazem parte da Europa/ do Portugal actual:

O meu pai revoltava-se quando encontrava uma branca com um negro, já depois do 25 de Abril, em Portugal. Fitava os pares como se visse o Diabo. Eu dizia-lhe, pára de olhar, o que é que te interessa? Respondia-me que eu não sabia, que um preto nunca poderia tratar bem uma branca, como ela merecia. Era outra gente. Outra cultura. Uns cães. Ah, eu não entendia. Ah, eu não podia compreender. Ah, eu era comunista. Como é que tinha sido possível eu dar em comunista? (Figueiredo, 2010: 16, 15)

Talvez a partir do livro de Isabela Figueiredo e deste tipo de representações se possa constituir não só um discurso fundador de uma identidade

8 A expressão é de João de Melo (1992: 134).

da segunda geração (filha de um ex-combatente, filho de um preso político, filho da ditadura, filho de retornado) mas também, e pela partilha que oferece, restituir uma (im)possível memória da cena traumática para quem a protagonizou, ainda que, como mostra Isabela Figueiredo ou Helder Macedo só se possa fazê-lo, postumamente e, portanto com efeitos efectivos apenas na segunda geração, mas seguramente que com efeitos morais de prolongado efeito.

Daí e mais uma vez a importância do testemunho, o elemento aparentemente capaz de fazer cumprir o que Primo Lévi chamou “o dever de memória”^[9], ao estabelecer um cúmplice compromisso entre quem conta – que assim cumpre a sua função de testemunha – e quem ouve – que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia. Desta forma gera-se o pacto de responsabilidade partilhada inerente à funcionalidade da literatura-testemunho e gera-se a obrigação da geração seguinte continuar na busca de respostas para as questões dos seus pais, tentando fazer a síntese entre um excesso de memória individual dos pais, contra a falha da memória colectiva, aquela que no fundo define aquilo que *devemos esquecer* e o que *devemos recordar*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000) *Um Mar da Cor da Terra. Raça, cultura e política da identidade*. Oeiras, Celta Editora.
- ANTUNES, António Lobo (2002) “07890263 ORH+”, *Visão*, 20 Junho.
- BLANCHARD, Pascal; Nicolas Bancel; Sandrine Lemaire (2005), *La Fracture coloniale. La société française au prisme de l'héritage colonial*, Paris, Éditions La Découverte.
- HARTMAN, Geoffrey H. (1991) *Minor Prophecies. The Literary Essay in the Culture Wars*. Cambridge-London, Harvard University Press.
- FIGUEIREDO, Isabela (2010), *Caderno de Memórias Coloniais*, Coimbra, Angelus Novus.
- HIRSCH, Marianne (1996), “Past Lives: postmemories in exile”, *Poetics Today*, 17 (4).
- (2002), *Family Frames: photography, narrative, and postmemory*. 2ª ed. Cambridge and London, Harvard University Press, (1ªed. 1997)
- LABANY, Jo, “O reconhecimento dos fantasmas do passado: história, ética e representação”, in Margarida Calafate Ribeiro, Ana Paula Ferreira (org.) (2003) *Fantasmata e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras, pp. 59-68.
- LEVI, Primo (1997) *O Dever da Memória*, Lisboa, Civilização/ Contexto.

9 Utilizo a tradução portuguesa de Primo Levi, (1997).

- LOURENÇO, Eduardo (1976) “Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente I”, *Crítério*, 2, Janeiro, pp. 8 –11 e 63.
- “Retrato (póstumo) do nosso colonialismo inocente II”, *Crítério*, 3, Janeiro, pp. 5-10.
- MACEDO, Helder (1991) *Partes de África*, Lisboa, Presença.
- MARCUS, Grei (1997) *The Dustbin of History*, Londres, Picador.
- MELO, João de (1992) *Autópsia de um Mar de Ruínas*. Lisboa, Dom Quixote.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2004) *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*, Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, Margarida Calafate, Ribeiro, António Sousa, Vecchi, Roberto (2010), “Children of Colonial Wars: post-memory and representations” in Isabel Gil (org.), *Culture and Conflict: the (In)Visibility of War in Literature and the Media*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (no prelo).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho, António Sousa Ribeiro (org.), *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 23-85.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Avritzer, Leonardo (2005) “Para ampliar o cânone democrático”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a Democracia – Os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Afrontamento.
- SARLO, Beatriz (2007) *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tr. pt. São Paulo-Belo Horizonte, Companhia das Letras e Editora da UFMG (ed.or 2005)
- STORA, Benjamim (1999) *Le Transfert d'une mémoire. De l'«Algérie française» au racisme anti-arabe*, Paris, La Découverte.
- WIEVIORKA, Annette (1999) *L'era del testimone*. Tr.it. Milano: Raffaello Cortina, (ed. or. 1998). Tradução inglesa, Jared Stark, Cornell University, 2006.
- VECCHI, Roberto (2001) “Experiência e Representação: dois paradigmas para um cânone literário da Guerra Colonial”, in Rui Azevedo Teixeira (org.), *A Guerra Colonial: Realidade e Ficção*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 389-399.
- (2010), *Exceção Atlântica. Pensar a Literatura da Guerra Colonial*, Porto, Afrontamento.